

A ditadura militar no Brasil: processo, sentido e desdobramentos.

Cesar Mangolin de Barros

RESUMO: o objetivo do texto é expor o processo que leva ao golpe militar e à implantação da ditadura militar no Brasil (1964-1985), além de procurar tratar do seu “sentido” político e dos seus desdobramentos econômicos, particularmente com relação a expansão da intervenção estatal na economia, sua relação com o capital estrangeiro.

PALAVRAS-CHAVE: ditadura militar; desenvolvimento capitalista; Estado.

INTRODUÇÃO

A ditadura militar brasileira é objeto de inúmeras pesquisas e publicações. Dentre elas, sobressaem as que centram seu caráter repressivo, expondo as razões, o aparato e os métodos utilizados no período para fazer calar qualquer voz opositora. A censura, as torturas, os assassinatos figuram como resultados mais escabrosos desse período nebuloso.

Em menor número, e menos atraentes, são as publicações que procuram pensar o processo que leva à vitória o golpe, entender seu sentido e, principalmente, os impactos políticos e econômicos do período ditatorial brasileiro.

Neste texto¹, procuramos indicar determinadas tendências do desenvolvimento capitalista brasileiro na fase que precede ao golpe,

¹ Este texto, com alterações diversas para os fins desta publicação, é uma versão resumida do capítulo II da nossa dissertação de mestrado, intitulada “Ensino superior e sociedade brasileira: análise histórica e sociológica da expansão do ensino superior (décadas de 1960/70)”. Está disponível em: http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1198.

compreender seu sentido e também apontar características determinantes da política econômica dos anos iniciais da ditadura.

1. TRAÇOS ESSENCIAIS DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO BRASIL.

É notória a instabilidade política da república brasileira. A contar da Revolução de 1930 até 1964 temos seis golpes de Estado (1930, 1937, 1945, 1954, 1955, 1964), quatro com a deposição do presidente eleito, somados a mais dois vice-presidentes. Dos cinco presidentes eleitos pelo voto direto no período (Júlio Prestes – que nem assumiu -, Dutra, Vargas, Kubitschek e Jânio Quadros), apenas dois terminaram seus mandatos. Os dois vice-presidentes que assumiram (Café Filho, no lugar de Vargas, em 1954 e João Goulart, no lugar de Jânio Quadros, em 1961) não conseguiram completar o tempo restante dos seus respectivos mandatos.

O período de 1945 a 1964 costuma ser identificado por alguns pensadores como o período mais “democrático” da república brasileira antes do golpe de 1964. De certa forma cumpriu esse papel, mas foi muito mais um rápido lapso de liberdades relativas, de tentativas de golpe bem e mal sucedidas, pronunciamentos militares, num momento em que o movimento sindical estava atrelado ao Estado, as liberdades políticas eram bastante restritas e as organizações políticas de esquerda viviam na clandestinidade.

Para explicar a instabilidade política brasileira do período é necessário, ainda que de forma sintética e, mais adiante, esquemática, compreender os traços essenciais do nosso desenvolvimento capitalista.

O que se deve buscar, então, são as características principais desta formação social em dois sentidos principais: como as relações de produção capitalistas se tornam predominantes na sociedade e de que forma a burguesia se estabelece como classe hegemônica neste processo. No primeiro caso, reporta-se ao papel do econômico somente; no segundo, entram em cena as questões referentes às contradições presentes na sociedade brasileira, sejam em relação ao imperialismo, ao latifúndio, seja em relação ao campo da luta de classes.

Em relação ao econômico propriamente dito, podemos dizer sumariamente que as relações capitalistas de produção são introduzidas no Brasil de forma acelerada, tendo como características próprias e específicas a manutenção de relações pré-capitalistas no campo, que se transformam mais lentamente, e um caráter centralizador geograficamente, seja por sua dependência em relação ao imperialismo, seja pela manutenção do latifúndio, o que impede o alargamento do mercado interno e a rápida expansão destas relações para todos os cantos do país.

Centralizadas na região sudeste, com maior proeminência em direção ao sul, a industrialização brasileira vai obedecer, num primeiro momento, uma expansão que tem como característica principal a transferência de capital do setor agrário exportador, centralizado na figura dos produtores de café da região sudeste, particularmente de São Paulo, com o objetivo de produzir bens de consumo bloqueados para a importação por causa da situação de guerra que envolvia as potências imperialistas.

A industrialização “de fato” do Brasil, com a introdução da indústria pesada, vai ocorrer em meados da década de 1940, ressaltando aqui a importante participação do Estado como promotor e dirigente deste processo.

Prossegue, em sua expansão, porém, mantendo características fundamentais de todo o período, até as vésperas do golpe militar de 1964, que podemos resumir como sendo:

- a) A alta extração de mais-valia, que é o mesmo que dizer que a acumulação necessária para a reprodução ampliada do capital e para resolver seus problemas de financiamento e reinvestimento foi feita sempre sobre uma exploração acentuada da força de trabalho;
- b) Um dos problemas chave para esta forma de expansão capitalista baseada na acentuada exploração da força de trabalho reside na manutenção do latifúndio e das relações de produção pré-capitalistas no campo, o que impede a formação de um mercado interno dinâmico, seja nas relações de troca entre o campo e a cidade, seja no reduzido mercado consumidor brasileiro. Acrescente-se a isto que, quando as relações capitalistas de produção são introduzidas no campo, o seu efeito é a expulsão dos trabalhadores da terra, que vão em direção às áreas urbanas;
- c) A crescente dependência em relação ao imperialismo e seus interesses internos, que truncaram a expansão industrial brasileira baseada em capital e tecnologia nacionais. Tal dependência tem relação com o grande endividamento brasileiro para solucionar problemas em relação ao

financiamento, seja da indústria, seja da agricultura de exportação e também com os interesses imperialistas na exportação de produtos industrializados ao Brasil (obstaculizando o desenvolvimento de tecnologia nacional) e, num segundo momento, na instalação de suas próprias indústrias em território brasileiro.

Buscando características gerais em relação ao segundo aspecto desta análise, a que se refere ao campo das estruturas política e ideológica, verifica-se que não é preciso aprofundar-se demais na história brasileira para ressaltar um aspecto permanente do desenvolvimento do capitalismo no país: seu caráter excludente e cerceador da participação popular. Numa palavra: seu caráter antidemocrático. Democracia deve ser entendida aqui não somente como a possibilidade de escolha dos governantes através do voto, como costuma ser invocada pelos apologetas do capitalismo e como a população, de um modo geral, a compreende (eleição dos governantes, direitos e deveres que devem ser seguidos etc). Aliás, falar de democracia, num sentido mais amplo, é falar, em primeiro lugar, de democratização da propriedade e participação coletiva nos assuntos que se referem aos rumos que o país deve tomar.

O que não significa que se defenda aqui a tese de que o problema histórico do Brasil seja o da falta ou insuficiência de democracia. A pretensão é buscar exatamente o motivo pelo qual esta característica está presente, com maior densidade, na formação brasileira. A burguesia e o capitalismo não são sinônimos de democracia. Pelo contrário, os espaços conquistados de representação e participação direta por parte dos trabalhadores em qualquer formação social são resultados de sua organização e de sua luta. O que vale dizer: é resultado da luta de classes.

“É necessário sobretudo determinar o conteúdo político da contradição entre a burguesia e a democracia. Mais precisamente, sabemos que esta contradição pode se exprimir sob a forma de uma separação entre as duas categorias (a burguesia renega a democracia, ela se torna fascista ou autocrática). Ela pode também se exprimir pela síntese (a democracia burguesa). Mas o que decide pela síntese ou separação entre democracia e burguesia? A luta de classes, evidentemente.”. (MORAES, 1971a: p. 655)²

Retornando à questão sobre quais fatores teriam determinado a instabilidade política do período republicano, pode-se, agora, responder sumariamente, que:

- a) O desenvolvimento do capitalismo no Brasil se dá num momento histórico em que o capitalismo monopolista e o imperialismo estão desenvolvidos, daí seu caráter *retardatário*;
- b) Este período é também marcado pela existência de um bloco de países socialistas, que torna o imperialismo mais agressivo e, particularmente depois da II Guerra Mundial e com a eclosão da Guerra Fria, divide o mundo em áreas de influência;
- c) O Brasil importou tecnologia desenvolvida pelos países capitalistas centrais, fator determinante de seu caráter *dependente*;
- d) O Brasil, pela importação de tecnologia já pronta dos países centrais, pôde passar mais rapidamente da fase de transição para a fase de reprodução ampliada, o que caracteriza seu caráter *acelerado*; este caráter acelerado implicou, por sua vez,

² Todas as citações de Moraes, 1971: tradução do original francês nossa.

em “redefinições mais rápidas da hegemonia política no seio das classes dominantes”(cf. SAES, 2001), o que explica sua instabilidade política.

2. DE JK A JOÃO GOULART: NOVA ORIENTAÇÃO ECONÔMICA, CRISE E GOLPE DE ESTADO.

Em 1955, Juscelino Kubitschek (PSD/PTB) venceu as eleições presidenciais (com 3.077.411 votos), concorridas com um trio conservador de grande expressão nacional: Juarez Távora (UDN/PR/PL/PDC), com 2.610.462 votos; Ademar de Barros (PSP/PTN/PST), com 2.222.223 votos e Plínio Salgado (PRP), com 714.379 votos.

A transição para a posse de JK foi conturbada pela sanha golpista. O vice-presidente Café Filho ficou no governo até 08 de novembro de 1955, tendo sido afastado. Assumiu, por três dias, Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, deposto por participar do esquema golpista pelos legalistas chefiados pelo Marechal Lott. Assumiu em seu lugar o vice-presidente do senado, Nereu Ramos, que governou até a posse de JK e João Goulart, no dia 31 de janeiro de 1956.

Ainda durante o governo de Café Filho, a economia brasileira mudaria de rumo, de uma vez por todas, com a publicação da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC – (que se tornaria, com novas atribuições, o atual Banco Central) e dava amplos incentivos ao capital estrangeiro para se instalar no Brasil. Benefícios e incentivos para instalação de

novas indústrias e importação de equipamentos com liberdade cambial e isentos de taxas, vantagens estas que, aliás, as indústrias nacionais não gozavam.

Houve uma grande diferença entre o modelo de Vargas dos últimos anos de mandato e o de Juscelino: este inauguraria uma fase de grande crescimento econômico, financiado pelo capital estrangeiro e voltado principalmente à produção de bens de consumo duráveis.

As mudanças ocorridas no governo Kubitschek, que não acabou com a Instrução 113, ampliou a abertura das portas do país às multinacionais, além de manter intocado o latifúndio.

Para o novo presidente,

“a colaboração do capital estrangeiro não era ‘matéria para debate emocional’, mas ‘uma necessidade técnica’. E aceitar esta colaboração era ‘compatível com o mais acendrado nacionalismo, pois o verdadeiro nacionalista é aquele que procura apressar o desenvolvimento econômico, sem o qual a nação continuará fraca e pobre’ Recusar o ‘capital estrangeiro sem a capacidade técnica e econômica de fazer os investimentos rejeitados não é nacionalismo: é fraqueza e timidez” (ALMEIDA, 2003: p.110).

De 1930 a 1960 profundas alterações haviam ocorrido na sociedade brasileira. A principal delas: havia passado por grande impulso industrializante e no final da década de 1950 o Brasil já não era um país meramente agro-exportador.

Mesmo tendo grande parte da população migrada para as cidades, as contradições permaneciam em relação ao latifúndio e em relação ao imperialismo, cujos vínculos de dependência (que já eram fortes e

determinantes desde antes da República através do endividamento externo e da ingerência inglesa e, depois, estadunidense nos negócios internos brasileiros), haviam se diversificado e se fortalecido nos últimos anos e depois do governo JK.

“a industrialização, em sendo tardia, se dá num momento em que a acumulação é potencializada pelo fato de se dispor, ao nível do sistema mundial como um todo, de uma imensa reserva de ‘trabalho morto’ que, sob a forma de tecnologia, é transferida aos países que recém se estão industrializando. Assim, na verdade o processo de reprodução do capital ‘queima’ várias etapas, entre as quais a mais importante é não precisar esperar que o preço da força de trabalho se torne suficientemente alto para induzir as transformações tecnológicas que economizam trabalho.” (OLIVEIRA, 1981: p.42).

O rápido processo de industrialização, com a introdução do capital estrangeiro e das multinacionais, é acompanhado pela ascensão do movimento popular e operário, assim como no campo, os trabalhadores rurais, submetidos a relações semifeudais de trabalho, vítimas primárias do acordo de classes que mantinha a situação do campo em favor das oligarquias agrárias e que foi fundamental para a manutenção do equilíbrio político possível de todo o período, passam das lutas locais às lutas mais gerais e de âmbito nacional, na medida em que, ao mesmo tempo, vão incorporando e percebem que são incorporadas suas reivindicações pelo movimento nacionalista, cujo principal elemento será a questão da reforma agrária.

A vitória de Jânio Quadros, apoiado pela UDN, pela burguesia nacional e associada e pelos latifundiários, mostrou-se desastrosa. Seu efêmero mandato, seguido da tentativa de golpe que foi sua renúncia, abriram uma imensa crise política.

“Com as crescentes demandas nacionalistas e reformistas pressionando o Executivo e com o Congresso também funcionando como um foco de expressão dos interesses regionais e locais, tornava-se imperativo para os interesses multinacionais e associados ter o comando político da administração do Estado. Isto foi parcialmente conseguido com a ascensão de Jânio Quadros ao poder”. (DREIFUSS, 1981: 37).

Do curto mandato, marcado por medidas polêmicas e moralistas, nada tendo ocorrido de substancial, tem-se a impressão de que seu maior feito foi a crise aberta pela renúncia. Até então, nas eleições presidenciais votava-se no presidente e no vice-presidente, sendo possível a eleição de representantes de “chapas” diferenciadas, como ocorreu na sucessão de JK.

O vice-presidente de Jânio Quadros era Milton Campos, mineiro, jurista e conservador. João Goulart, reconhecido como principal herdeiro do trabalhismo varguista, foi eleito vice-presidente, pelo PTB, numa coalizão de forças pelas quais disputava a presidência o Marechal Lott (PSD), figura central na frustração das tentativas de golpe que sucederam desde o suicídio de Getúlio Vargas até a posse de JK.

Os setores mais progressistas defenderam, desde o primeiro momento, a posse do vice, João Goulart. A tentativa de golpe que se seguiu à renúncia de Jânio Quadros frustrou-se diante da resistência organizada de amplos setores, principalmente a que vinha do Rio Grande do Sul, articulada por Leonel Brizola.

A saída parlamentarista, com Tancredo Neves à frente, formando um gabinete conservador, não obteve êxito entre as camadas que vislumbravam a necessidade de algumas reformas importantes.

O período parlamentarista, com três gabinetes, foi resumido, porém, numa verdadeira crise parlamentar que possibilitou, impulsionado por greves gerais, a antecipação do plebiscito no qual o povo escolheria entre o parlamentarismo e o presidencialismo. Originalmente marcado para 1965, foi antecipado para 06 de janeiro de 1963, dando larga vitória ao presidencialismo.

O início da década de 1960 e, particularmente, a partir de 1962, o Brasil entrava numa crise econômica causada pelo aumento descontrolado da inflação, pela desaceleração da economia e queda geral no investimento público (devido aos constantes déficits) e privado.

Os movimentos sociais avançam em organização e atuação nas diversas frentes, criando várias novas entidades ou reforçando as já existentes. No campo e na cidade, entre os intelectuais, operários, soldados, marinheiros, estudantes e também em frentes amplas, que congregavam várias entidades ao mesmo tempo, como a Frente de Mobilização Popular – FMP – criada em 1962, a articulação e a pressão exigindo reformas profundas ganhava corpo e também as ruas.

O clima era de polarização e mesmo os diversos agrupamentos e entidades ligadas aos trabalhadores e comprometidos com as reformas dividiam-se em posições das mais tímidas às mais extremadas.

Jango lança a Frente Ampla, depois chamada de Frente Popular (23 de março de 1964), com a intenção de estabilizar seu governo e de unir as forças políticas representativas no sentido de encaminhar as reformas de base.

“O empreendimento feito para a constituição de uma ampla frente única já nascia, porém, condenado ao fracasso e à derrota. De um lado, as divergências no interior da frente eram, praticamente,

insuperáveis e irreconciliáveis e, por outro, já chegava tarde demais – àquela altura dos acontecimentos, as forças do centro e de direita já estavam com outro projeto em estado adiantado de articulação para barrar as propostas de reformas”. (SEGATTO, 1995: p.145).

No comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, Jango anunciaria as reformas de base e já tinha conhecimento de que

“se esgotara seu crédito junto às forças conservadoras, uma vez que se demonstrara incapaz de conter o descalabro financeiro e subjugar as forças de esquerda. Voltou-se então para o outro lado e se definiu por um rumo favorável às reformas de base, na expectativa de desencadear grande movimento de massas que lhe garantisse um segundo mandato presidencial”.(GORENDER: 1990, p.58).

Ocorria, porém, uma profunda alteração na correlação de forças políticas dentro da sociedade brasileira. Derrotados em 1961, os golpistas seriam vitoriosos em 1964, pegando desarmados os movimentos sociais e o próprio PCB, que na verdade superestimava suas próprias forças e a dos movimentos, assim como a capacidade do próprio presidente em resistir a um golpe da direita.

“É notável a proximidade cronológica entre o duplo desastre sofrido pela direita em agosto-setembro de 1961 (...) e a fundação do discretamente intitulado Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) a 29 de novembro de 1961, bem como de organizações congêneres, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), integrantes do ‘feixe’ cripto-fascista que iria assaltar com sucesso o poder em 1964”.(MORAES, 2001: p.111).

Houve de fato a articulação de um poderoso aparato propagandístico e uma teia que unia diversos setores da sociedade, das classes dominantes às massas populares. Jornais, sindicatos patronais, empresariado, clero conservador, partidos de direita, latifundiários, que contavam com apoio dos

EUA e de boa parte dos militares, formaram um grande bloco (não sem rachaduras, como ficou evidente depois) financeiro e ideológico.

De outro lado, milhares de pessoas do povo e das camadas médias, estimuladas pela Igreja, em grande parte, partícipe da articulação da direita golpista, saíram às ruas em defesa da família e da propriedade privada, temerosas com o avanço das forças populares e de esquerda. A ameaça comunista e a crítica à corrupção eram os catalisadores ideológicos que atraíam os diferenciados setores, ainda que com motivações e preocupações variadas.

Política e ideologicamente, a decretação das reformas de base tinham um duplo efeito mobilizador sobre os setores mais reacionários e o capital monopolista: primeiro, a lei da reforma agrária rompia a estabilidade que manteve no bloco no poder os grandes proprietários de terra; segundo, a tentativa de recolocar o Brasil no caminho de um desenvolvimento capitalista com fortes bases nacionais e caracterizado pela “inclusão” dos trabalhadores e o alargamento da dinâmica do mercado interno via reforma agrária e distribuição de renda feria frontalmente os interesses do capital monopolista, que se realizariam, depois, como já era corrente, através da sua articulação com a ação do Estado e da contínua acentuação da exploração da força de trabalho.

A saída, tendo em vista a impossibilidade prática de se resolver a questão via substituição do presidente eleitoralmente, como provara a experiência janista e o acirramento da luta de classes, caminhava na direção do golpe (cf. Moraes, 2006: p.138).

3. O SENTIDO DO GOLPE MILITAR DE 1964.

João Quartim de Moraes define a história do regime militar no Brasil como sendo “principalmente a da transformação monopolista do capitalismo no Brasil, tal qual ela pode objetivamente se verificar na nossa época num país capitalista dependente”. (1971a: p. 669)

O golpe militar de 1964 significou a interrupção brusca do processo de incipiente democratização da sociedade brasileira, marcada no período imediatamente anterior pelo grande crescimento da organização e da participação política dos trabalhadores da cidade e do campo nas decisões dos rumos do país e o caminho das reformas estruturais, representadas pelas Reformas de Base.

Segundo Décio Saes,

“(…) a militarização do aparelho de Estado brasileiro se define objetivamente como a via pela qual se concretiza a passagem de uma situação de equilíbrio instável no seio do bloco dominante e de ausência de hegemonia à hegemonia política do grande capital monopolista.” (SAES, 1985: p. 157)

Golpe militar, ditadura militar são termos que não devem obscurecer, no entanto, o caráter de classe do movimento que, conforme demonstrado acima, iniciou-se no período anterior a 1964, englobando diversas classes e frações de classe da sociedade brasileira.

Classes e frações de classe que, embora tenham participado em conjunto da ação do golpe, não foram partícipes de seus rumos, como um todo, como foi o caso particular das oligarquias agrárias, dos setores médios e da média

burguesia, assim como o definiu João Quartim de Moraes, citado no início desta parte do trabalho.

Em relação ao papel dos militares, segundo o mesmo autor,

“A fraqueza relativa das organizações políticas das classes urbanas e notadamente das duas classes principais, burguesia e proletariado, se exprime pelo ‘baixo nível de institucionalização’ da luta política. Combinado com a aceleração do desenvolvimento industrial e dos fenômenos sociais que ele determina (por exemplo, a ‘urbanização’), o baixo nível de institucionalização aumenta a importância relativa das instituições e forças sociais organizadas ao nível da superestrutura. Nos referimos principalmente às instituições que num artigo recente Althusser designou pela expressão ‘aparelhos ideológicos de Estado’. O próprio aparelho de Estado e ‘seu destacamento especial de homens armados’ aí encontra as condições para tornar-se árbitro da política. Na falta de um partido burguês, o Exército não poderia estar que cada vez mais tentado de ampliar seu papel ‘extramilitar’” (MORAES, 1971 a: p.672).

Embora inicialmente confuso em relação à transitoriedade dos militares no poder e sua permanência por longo tempo, como demonstram as primeiras medidas do governo Castelo Branco, o regime foi, aos poucos, demonstrando que o processo de permanência da ditadura seria longo e a defesa da Constituição de 1946, que serviu de argumento inicial para o golpe vai ser substituída pela de 1967 e o discurso da defesa da democracia será substituído, cada vez mais, pelo da Segurança Nacional e pelo fechamento total da ditadura, a partir do AI-5, em dezembro de 1968.

“as classes dominantes em seu conjunto não se reuniram senão na medida em que o governo nacional-burguês parecia incapaz de ‘manter a ordem’. Entretanto, esta ordem que eles pretendiam preservar era inseparável da ‘desordem’ que denunciavam. Foi no respeito absoluto à Constituição de 1946 que Vargas, em 1950, e Goulart, em 1961, chegaram à presidência da República. A República, a ordem burguesa-republicana, se manifestou então, aos próprios olhos da burguesia, como uma desordem. A derrubada do governo

nacional-burguês estava então necessariamente ligada à criação de uma ordem burguesa de tipo novo. As frações, setores e camadas das classes dominantes que haviam participado do golpe de Estado e da contra-revolução, acreditando ingenuamente que a oligarquia rural e o grande capital desejavam efetivamente salvar a democracia, foram os primeiros a ser postos fora da cena política” (MORAES, 1971 b: p.854).

As medidas tomadas para resolver a crise econômica evidenciam o fim da necessidade dos compromissos que o modelo anterior exigia: atuando com base num forte aparato repressivo, a ditadura vai atacar a crise econômica tendo como bases principais a restrição do crédito, o arrocho salarial (o salário mínimo, por exemplo, chegou em 1968 com poder aquisitivo reduzido em 30% em relação ao de 1961), o aumento da carga tributária e a reorientação dos gastos do Estado, facilitando a entrada de capital internacional e levando à falência diversas empresas nacionais de pequeno e médio porte.

Em suma, os primeiros anos da ditadura representaram, no campo econômico a afirmação da parceria entre estado e capital monopolista, preparando o terreno para o forte crescimento econômico iniciado no final da década de 1960, num processo constante de concentração de renda.

“Tudo leva a pensar que a concentração na cúpula continuou e ainda com maior vigor, desde o significativo crescimento do excedente a partir de 1967, possibilitado por um nível de salários reais rebaixados em quase 30% no caso do salário mínimo (em relação a 1961), em condições de recuperação e expansão aceleradas do nível de atividade econômica urbana. No entanto, a maior incorporação de mão-de-obra, derivada da expansão, permitiu que o número de pessoas que trabalham por família urbana aumentasse significativamente em 1969, em comparação com o decênio anterior, possibilitando que a renda média da família assalariada, em 1970, chegasse mais perto do nível registrado no início da década”. (TAVARES, 1982: p. 201)

Na área rural, a reforma agrária da ditadura teria efeitos nefastos sobre os trabalhadores agrícolas. Na verdade, a ditadura manteve o Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado ainda no governo João Goulart, pelo qual a legislação trabalhista que vigorava até então apenas nas áreas urbanas deveria ser estendida aos trabalhadores rurais.

Castelo Branco, primeiro general-presidente, fará um duplo movimento em novembro de 1964: com que se aprove no Congresso uma emenda constitucional que alterava o artigo 141, parágrafo 16 da Constituição de 1946, ainda em vigor, segundo o qual deveria haver uma indenização em dinheiro pela desapropriação de terras, pela indenização em títulos da dívida pública; em seguida, aprovou a Lei 4.504, que ficou conhecida como Estatuto da Terra, que visava a concretização de uma reforma agrária baseada na criação de um imposto sobre a propriedade de terra que aumentava ou diminuía em razão da menor ou maior produtividade, o que ocasionaria o investimento na produção ou desestimularia a manutenção de terras improdutivas.

Os efeitos nefastos se deram por dois motivos: primeiro, porque a reforma agrária da ditadura não saiu do papel; segundo, porque a forma como foi mantido o Estatuto do Trabalhador Rural estimulou a expulsão dos trabalhadores que ainda viviam sob formas diferenciadas de relação de produção, caso dos colonos e arrendatários, para não caracterizar o vínculo empregatício. Estimulou também o grande aumento dos bóias-frias, que eram contratados por agentes intermediários, com o mesmo objetivo de não caracterizar vínculo empregatício, e a migração interna de milhões de trabalhadores em direção as áreas urbanas, agravada pela política de “erradicação dos cafezais”. (cf. MORAES, 2000: p. 178-179)

4. A AÇÃO ECONÔMICA DA DITADURA

4.1. A EXPANSÃO DO ESTADO.

A intervenção direta do Estado brasileiro na economia ocorreu em todo o processo de industrialização, particularmente, a partir da Revolução de 1930, no processo de centralização política que feriu os interesses das oligarquias agrárias que tinham como marca da manutenção de sua hegemonia o poder descentralizado, o poder local.

Com exceção dos seguidores mais empedernidos do *“laissez faire”*, ou seja, dos adeptos da teoria clássica liberal, segundo os quais o mercado seria o regulador por excelência da economia, sendo que toda a interferência do Estado apenas geraria desequilíbrios, os pensadores e militantes, da direita à esquerda, sempre requisitaram a intervenção do Estado, na prática ou em seus programas.

É assim que o PCB vai conferir um papel primordial ao Estado na formulação de seu programa nacional-desenvolvimentista e vai identificar, às vésperas do golpe militar de 1964, após a decretação das reformas de base de Goulart, em uma sucessão de governos do mesmo perfil, a possibilidade de sua realização. O crescimento da intervenção do Estado, então, por si só, não é idéia apenas dos governos militares.

Existe, portanto, um elemento que diferencia a intervenção do Estado na economia requerida por comunistas e outros setores progressistas da que se

efetivou, a partir de meados de 1950, mas com intensidade maior (e até como consequência dela, como se viu nos itens anteriores) a partir da instalação da ditadura militar. Sumariamente: se para os comunistas e outros setores progressistas, esta intervenção deveria caminhar no sentido da realização de um desenvolvimento autônomo do capitalismo em bases nacionais, desenvolvendo tecnologia nacional e rompendo com as amarras do latifúndio e da ingerência imperialista, a intervenção proporcionada pela ditadura, que já vinha delineada e posta em prática no governo JK, tinha como objetivo o desenvolvimento capitalista associado ao imperialismo, ou, em outras palavras, o Estado interveio em benefício da instalação das grandes corporações multinacionais.

Para o projeto nacionalista, a hegemonia caberia a uma polêmica burguesia nacional; no caso que se concretizou, a hegemonia coube ao capital monopolista, e assim o “conteúdo progressista, antiimperialista e antifeudal da atividade econômica do Estado, no Brasil, foi transformado em seu antípoda” (SODRÉ, 1982: p. 146).

O Estado brasileiro tem como objetivo proporcionar as condições para a instalação das multinacionais, através de incentivos fiscais diversos, do fornecimento de matéria-prima barata (diversas empresas nacionais, como é o caso da CSN, tinham os valores de seus produtos reduzidos para o fornecimento às multinacionais), de força de trabalho barata e com salários perdendo, continuamente, seu poder aquisitivo, no investimento em infraestrutura (rodovias, portos, usinas para a produção de energia etc) e com um aparato repressivo bastante forte para calar o movimento operário e sindical e eliminar as oposições internas.

Este é o verdadeiro sentido da ditadura militar, escondido por detrás da propaganda anticomunista e moralista que catalisou diversas classes e frações de classe no movimento que derrubou o governo Goulart.

“A pretexto de conter a inflação, o novo regime operou a estagnação dos salários pela força, a restrição ao crédito, levando à falência centenas de pequenas e médias indústrias, a concentração da produção e da renda, pela destruição da concorrência e incentivo às fusões. Mas operou também, pelo congelamento de preços das matérias-primas produzidas pela área estatal, o aço como a mais destacada delas. A siderurgia foi levada ao limite máximo, subsidiando violentamente as indústrias estrangeiras a que fornecia” (SODRÉ, 1982: p.143).

Embora na fase inicial do regime tenham existido propostas, de dentro e fora do governo, de privatização das empresas estatais, feitas por figuras como Eugênio Gudin, Roberto Campos, Glycon de Paiva, representantes do pensamento liberal que, de muito, já atacavam a presença do Estado na economia, embora tenham visto com bons olhos e apoiado o advento da ditadura, o que se percebe nos planos estratégicos dos governos militares é exatamente a orientação contrária, principalmente no Programa Estratégico de Desenvolvimento, de 1967, e Metas e Bases para a Ação do Governo, de 1970³.

³ “O Estado, que detinha, em 1963, 78% das dez maiores empresas do país, passava, em 1969, a deter 80,6%. (...) O governo responsabilizava-se, segundo o plano estratégico, por nada menos de 68,4% dos investimentos programados para o setor habitacional, no período 1968-70; no setor de energia elétrica, o governo será responsável por 90% do custo total programado que, até 1970, é da ordem de 6,2 bilhões de cruzeiros. Os 10% restantes ficarão por conta do déficit. Nos transportes, em obras destinadas a construir estradas e portos, aumentar a frota marítima e melhoria da estrutura já existente, o governo responsabiliza-se por todo o investimento programado. O quarto setor prioritário a receber investimentos até 1970, segundo o planejamento oficial, será o das indústrias básicas, que inclui empresas de aço, metais não-ferrosos, indústria química, mecânica, mineração, e cimento. Visto de maneira global este setor, o governo aparece também como o maior investidor. O quinto setor prioritário é o petróleo. Os investimentos programados até 1970 (excluindo a petroquímica) são estimados em 2.358 milhões de cruzeiros novos. O financiamento total desses investimentos será feito pelo governo” (RUI ROCHA apud SODRÉ, 1982: p. 141).

“Considerada a divisão anterior das opiniões, quanto ao problema da intervenção do Estado na economia, da existência de uma área estatal na economia, ficava parecendo que o novo regime era nacionalista e os seus opositores é que estavam ligados aos interesses externos. Os teóricos da economia, defensores da livre iniciativa, não só não haviam vendido as empresas estatais – salvo o caso excepcional da Fábrica Nacional de Motores – como haviam desenvolvido a produção delas, aumentando as suas dimensões, favorecendo a sua expansão. A essência do problema, entretanto, estava em que o Estado pode ser instrumento poderoso, eficaz, insubstituível, no impulso à economia nacional, no caso dos países subdesenvolvidos ou em processo de desenvolvimento, *mas o Estado pode ser, também, o instrumento por excelência de desnacionalização da economia, de entrega ao imperialismo dos recursos nacionais e particularmente da renda nacional*”(SODRÉ, 1982: p. 142).

Tal intervenção do Estado gerou, necessariamente, a expansão de suas atividades e, conseqüentemente, um aumento de pessoal empregado na burocracia estatal e nas empresas estatais. Acrescente-se que Estados e municípios acompanharam e, em certos casos, superaram o governo federal em número de vagas abertas pelo aumento e diversificação de serviços urbanos oferecidos.

O crescimento do Estado e sua intervenção na economia, de suas funções e, conseqüentemente, de seu pessoal, tem, como já dito, a característica principal de criar as condições favoráveis para a acumulação, “transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema (OLIVEIRA, 1981: p.19)”.

Apenas na administração pública, verifica-se um crescimento de 75% de pessoal no intervalo 1960/1970, passando de 661.911 para 1.154.954 funcionários (IBGE, 2007). Acrescentando a este número os trabalhadores das empresas

estatais, mais os demais setores de serviços públicos (de segurança, educação, saúde etc), chega-se a números muito maiores.

Há um grande crescimento dos empregos abertos pela administração indireta (fundações, autarquias e empresas de economia mista) superando os índices de crescimento da administração direta, passando dos 20% na participação do emprego total, em 1950, para 40%, em 1973. (cf. REZENDE, 1976: p.46).

Conforme Rezende (1976), a tendência de crescimento do emprego público fica mais na esfera de trabalhos não-manuais, sendo que se observa, já em fins dos anos 1960, uma tendência à substituição, baseada em padrões de eficiência, de mão-de-obra braçal por capital nas indústrias e nos serviços urbanos que requeiram operários, como água e esgoto, obras públicas etc.

O eixo principal da expansão do serviço público fica, portanto, por conta das chamadas atividades sociais diversas, segurança pública, educação, atividades empresariais e técnicas, pessoal de administração e da burocracia estatal de forma geral, refletindo assim, dois aspectos essenciais: por um lado, a necessidade de quadros especializados para ocupar os postos abertos pela expansão do Estado na atividade diretamente econômica; segundo, o aumento de serviços urbanos resultante da constante pressão nas áreas urbanas “pela expansão de programas relacionados à promoção do bem-estar social, além das atividades mais tradicionais de ensino e assistência médica” (cf. REZENDE, 1976: p.73).

4.2. A INTERVENÇÃO DO ESTADO E AS EMPRESAS MULTINACIONAIS.

Até 1975 estão instaladas no Brasil 707 empresas multinacionais, diretas ou partícipes de conglomerados, atuando sozinhas ou em parcerias com empresas estatais, em diversos setores da indústria, comércio de importação e varejista, hotelaria, imóveis, serviços, informática, seguros etc, sendo: 244 dos EUA; 83 de origem alemã; 57 do Benelux (Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos); 20 canadenses; 60 francesas; 52 inglesas; 52 italianas; 52 japonesas; 31 dos países escandinavos (Finlândia, Suécia, Noruega e Dinamarca); 56 suíças⁴.

Algumas destas grandes empresas terão, através da concessão pelo Estado ou de parcerias com empresas estatais, neste caso, particularmente a Cia. Vale do Rio Doce, o monopólio da extração mineral, contando ainda com incentivos fiscais e subsídios para exportação:

“O Brasil possui 15% das reservas mundiais de ferro, mas apenas 13% das jazidas pertencem a empresas brasileiras; a Bethlehem Steel, através do chamado Grupo Antunes, detém a maior parte, acompanhada pela Hanna; (...) o alumínio pertence em grande parte à Kayser. O bário baiano é controlado por outra empresa norte-americana; o tungstênio é explorado pela Wah Chang; o berilo é dominado pelas empresas norte-americanas Beryllium e Beryllium Brusck; o magnésio, pela Magnesium do Brasil S. A.; o chumbo é explorado pelas empresas norte-americanas Plumbum e Prest-o-lite; o amianto e a crisólita pelas Brasilit e Eternit, que nada têm de brasileiras. As jazidas de manganês estão, na maioria, nas mãos da Companhia Meridional de Mineração, pseudônimo da United States Corp., que explora as jazidas de Minas, de Mato Grosso e da Bahia; as do

⁴ A lista completa das empresas e dos setores de atividade foi publicada pela Revista Visão, de 31 de agosto de 1975. Utilizou-se para a somatória a sua reprodução em CEDAL/CEDETIM, 1979: p.181-226.

Amapá pertencem à Bethlehem, em concessão cujo fim contratual é previsto para o ano de 2003. O estanho e o zinco são controlados, igualmente, por monopólios estrangeiros. Operavam no Brasil, até 1967, os grandes consórcios internacionais Bethlehem Steel, United States Steel, Union Carbide, Niobium, Hanna Ore Mining, Republic Steel, Cleveland Cliffs Iron, Wah Chang, e muitos outros menores. O sal-gema nordestino foi entregue à Dow Chemical, cujo renome, em termos mundiais, deriva da produção de *napalm*, com que vêm sendo devastadas imensas áreas do Vietnã” (SODRÉ, 1982: p.117).

Os dados estatísticos do período demonstram ainda que o crescimento das multinacionais e da produção de bens duráveis voltados para pequeno grupo do mercado interno brasileiro e para a exportação cresce em proporção inversa aos setores da indústria ligados à produção de bens necessários para a maioria da população, e que são, tradicionalmente, de empresas nacionais, como os setores de calçados, roupas, alimentos etc.

No decênio 1960/1970, enquanto que o ramo de material para transportes (189%), material elétrico e comunicações (208,2%) cresceram a cifras elevadas, o setor de vestuário, calçados e têxtil cresceu apenas 13,7%.

É necessário acrescentar que, se há a quebra de grande parte de empresas nacionais destes ramos tradicionais e voltados para o consumo imediato da população em geral, determinados ramos da indústria de capital nacional vão crescer ou surgir como resultado direto da implantação das multinacionais, ou seja, como fornecedoras de produtos diversos e componentes para montagem, como é o caso da indústria de autopeças.

Em relação ao emprego, como no caso a expansão do Estado, não é preciso estender muito a questão, pois se torna óbvio que a implantação destas empresas exige a contratação de força de trabalho diversificada, desde

operários a executivos, passando pelos técnicos e engenheiros, pessoal de escritório, administrativo e de “serviços” específicos ligados às empresas, oferecidos dentro ou fora da indústria, como é o caso da assistência social, educação, assistência médica, psicológica etc, além de gerar uma nova gama de prestação de serviços e comércio.

4.3. A EXPANSÃO DO SETOR FINANCEIRO.

No mesmo ano do golpe militar, duas leis abrem caminho para a reformulação do sistema bancário e financeiro brasileiro e para o desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil.

A lei 4.357/64 instituiu a correção monetária, através da criação da ORTN e a reforma bancária ficou a cargo da lei 4.595/64, que criou o Conselho Monetário Nacional, o Banco Central e o Banco Nacional de Habitação.

Tal legislação impulsiona a reformulação e surgimento de novas sociedades corretoras, a reorganização das bolsas de valores e o surgimento dos bancos de investimento, como se pode observar na tabela:

NÚMERO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM FUNCIONAMENTO

item	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Bancos comerciais	336	331	313	261	231	213	195
Bancos de desenvolvimento ou fomento:							
a) federais	1	1	1	1	1	1	1
b) estaduais							
<i>State Banks</i>	1	1	2	2	3	7	9
Banco Nac. de Habitação	1	1	1	1	1	1	1
Bancos de Investimento	-	-	7	21	21	29	30

Caixas Econômicas							
a) federais	22	22	22	22	22	22	1*
b) estaduais	4	4	4	4	4	4	5
Financeiras:							
a) sem carteira imobiliária	134	202	272	247	235	203	212
b) com carteira imobiliária	-	-	3	10	10	9	-
Cia. de Seguros	144	151	157	156	157	158	157
Sociedades de crédito imobiliário	-	-	2	22	25	34	44
Assoc. de poupança e empréstimo	-	-	-	-	21	32	32
Sociedades corretoras	-	-	-	254	377	394	404
Sociedades distribuidoras	-	-	-	-	556	576	573
Sociedades de investimentos**	-	-	-	9	6	3	-

FONTE: Relatório do Banco Central, 1970. In: TAVARES, 1982: p.223.

*Unificação das Caixas Econômicas Federais de acordo com o Decreto-Lei nº 759, de 12-8-1969.

**Até 1966 estas entidades foram englobadas no total de financeiras.

Dois aspectos principais são interessantes.

Primeiro, é necessário observar a redução drástica do número de bancos comerciais no período coberto pela tabela. Acentuando uma tendência anterior, pelo menos desde 1958, quando somavam 399 bancos, este setor passa de 336 instituições em 1964 a 195 em 1970.

Esse processo não é de extinção pura e simples dos bancos, mas resultado de um processo de concentração bancária, baseado nas fusões de bancos comerciais.

Segundo, o surgimento e rápido crescimento dos bancos de investimento, que se tornarão responsáveis por parte considerável do financiamento e empréstimo ao capital privado; por fim, a organização e o surgimento de grande número de sociedades corretoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O golpe militar de 1964 marca a forma como foi resolvida a crise de hegemonia no bloco no poder entre as frações burguesas com a entrada do capital monopolista e a crise detonada pela ação política dos movimentos sociais.

A política econômica da ditadura, sustentada por forte interferência do Estado diretamente na economia e também por seu aparato repressivo, teve o sentido de dar forma acabada, num ambiente sem resistência, às condições necessárias para o prosseguimento das transformações iniciadas antes dela, como procuramos demonstrar de forma rápida abordando a expansão do Estado, sua relação com o capital monopolista e a expansão do setor financeiro.

Não significou, portanto, uma ruptura econômica com o padrão de desenvolvimento e acumulação aberto em meados da década de 1950. O golpe militar foi uma ruptura política, necessária para que a crise econômica fosse resolvida pelos mesmos mecanismos até então vigentes e para pôr fim à crescente organização e conscientização política dos movimentos sociais, que provocou um acirramento da luta de classes, de forma mais organizada, partindo das reivindicações econômicas motivadas pela crise, ampliando para proposições políticas que, levadas a cabo, demarcariam uma ruptura no padrão econômico, além de acabar com o equilíbrio entre as classes dominantes que predominou durante a República.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-1964*. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel.(orgs). **Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003, p.83-122.

CEDAL/CEDETIM. **Multinacionais e trabalhadores no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 4ed. São Paulo: Ática, 1990.

IBGE. **Estatísticas históricas do século XX**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 18/02/2007.

MORAES, João Quartim de. *La nature de classe de l'État bresilien (I)*. In: **Les Temps Modernes**, nº 304, Paris: 1971 a, p.651-675.

_____. *La nature de classe de l'État bresilien (II)*. In: **Les Temps Modernes**, nº 305, Paris: 1971 b, p.853-878.

_____. *O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência*. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos (orgs). **História do marxismo no Brasil**. Vol.4. Campinas: Editora Unicamp, 2000. p. 151-209.

_____. **Liberalismo e ditadura no cone sul**. Campinas: IFCH, 2001.

_____. *O efeito desmistificador de A Conquista do Estado na análise das bases sociais da contra-revolução*. In: **Revista de Estudos Estratégicos**, nº 01, Campinas: Unicamp: 2006, p.131-146.

_____. **Brasile: dittatura e resistenza**. Milano: Gabriele Mazzota, s/d.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. 4ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

REZENDE, Fernando. *O emprego público como instrumento de política econômica*. In: VVAA. **Aspectos da participação do governo na economia**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976. p.35-76.

SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

_____. **Formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)**. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *A questão da evolução da cidadania política no Brasil*. In: São Paulo: IEA/USP, 2001. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em 02/04/2007.

SEGATTO, José Antonio. **Reforma e revolução: as vicissitudes do PCB (1954-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Brasil: radiografia de um modelo**. 5ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. 10ed. Rio de Janeiro: Zahar: 1982.